



SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

15/08/2022



Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

Mercado reduz perspectiva para alta do IPCA em 2022, mas cenário para 2023 e 2024 piora

O mercado reduziu pela sétima semana seguida a expectativa para a alta do IPCA este ano, mas o cenário inflacionário esperado para 2023 e 2024 mostrou deterioração.

A pesquisa Focus divulgada pelo Banco Central nesta segunda-feira (15) mostrou que os especialistas consultados veem agora avanço de 7,02% do IPCA este ano, contra 7,11% na semana anterior.

Para 2023 a conta subiu em 0,02 ponto percentual, a 5,38%, na 19ª semana seguida de elevação. Já para 2024 a perspectiva aumentou com força, com projeção agora de alta de 3,41% do IPCA, depois de quatro semanas seguidas de visão de 3,30%.

O centro da meta oficial para a inflação é de respectivamente 3,5%, 3,25% e 3,00% para cada ano, sempre com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou menos. Saiba mais em: Folha de São Paulo, segunda-feira 15 de agosto.

Consumidor deixa itens na boca do caixa

Cresceu nos últimos meses o número de brasileiros que não conseguem levar para casa toda a comida que escolhe e coloca no carrinho do supermercado. O corte na compra ocorre na boca do caixa, quando o valor da conta passa do previsto. A saída tem sido abandonar desde itens básicos, como óleo de soja, até supérfluos, como refrigerantes.

Impulsionado pela alta de preços dos alimentos, o carrinho que fica nos caixas dos supermercados está cada vez mais cheio. Entre janeiro e junho deste ano, 4,997 milhões de itens foram abandonados. É um volume quase 16,5% maior que o do primeiro semestre de 2021, ou 704,9 mil itens a mais, revela pesquisa inédita feita, a pedido do Estadão, pela Nextop. A empresa atua há 25 anos com tecnologia de segurança do varejo.

Por meio de inteligência artificial e de um grande banco de dados, foram extraídas informações autorizadas do movimento de caixa de 982 supermercados de médio e pequeno porte do País, que atendem a todas as faixas de renda e que juntos vendem R\$ 5 bilhões.

Em julho, o IPCA teve deflação de -0,68%, por causa dos corte de impostos de combustíveis e eletricidade. Porém, os preços da comida se aceleraram e aumentaram 1,30%, ante avanço de 0,80% em junho. Em 12 meses, alimento subiu 14,72%, ante IPCA de 10,07%. Saiba mais em: A Tribuna, segunda-feira 15 de agosto.

Preço de plano de saúde deve subir após piso da enfermagem, prevê setor

Associações de hospitais e planos de saúde se reuniram com a ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar) nesta semana para comunicar o órgão que a nova lei do piso da enfermagem vai gerar repasse de custos no setor, com possível impacto sobre o consumidor final.

De acordo com os representantes das entidades que participaram da reunião, não há orçamento provisionado para que esses custos sejam absorvidos. O repasse para operadoras e para os consumidores será inevitável.

Pelos cálculos que levaram à ANS, a estimativa é que o impacto chegue a R\$ 16 bilhões nos setores público e privado.

Sancionada por Bolsonaro neste mês, a lei fixa remuneração mínima de R\$ 4.750 para enfermeiros. Técnicos de enfermagem devem receber 70% desse valor. Já os auxiliares e parteiros ganham 50%.

Paulo Rebello, diretor-presidente da ANS, também manifestou preocupação com o cenário, segundo a agência.

"Preocupa também o impacto que poderá haver no setor se o PL 2033, que trata do rol de procedimentos e eventos em saúde, for aprovado pelo Senado da forma que foi aprovado pela Câmara dos Deputados", afirma o órgão regulador em nota. Saiba mais em: Folha de São Paulo, sábado 13 de agosto.

Brasileiros entram na lista do calote por deixar de pagar gasto com alimento

A fatia de brasileiros que engrossou a lista de inadimplentes pela falta de pagamento de despesas com comida, entre janeiro e junho, foi a maior em cinco anos. A disparada da inflação e a queda na renda explicam a entrada de devedores para lista do calote pelo não pagamento da fatura de um item básico.

No primeiro semestre, 18% dos inadimplentes deixaram de quitar despesas com alimentação e, por isso, foram parar na relação dos CPFs (Cadastro de Pessoa Física) com restrição. Essa é a marca mais elevada desde o primeiro semestre de 2017, quando a Boa Vista, empresa de inteligência financeira e análise de crédito, começou a coletar essas informações. Ao longo do primeiro semestre, foram consultados eletronicamente 1.500 inadimplentes, a fim de traçar o perfil desses consumidores.

Contas diversas não pagas, que incluem as de educação, saúde, impostos, taxas e lazer, ainda têm sido apontadas como as despesas que têm levado a maioria dos consumidores (23%) à inadimplência. No entanto, desde o segundo semestre do ano passado, a parcela dos que não conseguiram honrar o pagamento de alimentos chama atenção.

"Instituições financeiras nos relatam que o pessoal está pegando dinheiro (crédito) para pagar contas do mercado, do dia a dia", diz o economista da Boa Vista, Flávio Calife.

Nos últimos 12 meses até julho, a inflação do grupo alimentação e bebidas acumula 14,72%, de acordo com o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), a inflação oficial apurada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). É um resultado que supera a variação do indicador como um todo no período, que foi de 10,07%.

Saiba mais em: A Tribuna, sábado 13 de agosto.

Desemprego segue maior entre mulheres, negros e jovens, e 30% procuram emprego há mais de dois anos

A variação também é grande no recorte de gênero e raça. O desemprego tem taxa de 7,5% entre os homens e sobe a 11,6% no caso das mulheres. Também fica abaixo da média nacional entre brancos (7,3%) e acima tanto para pretos (11,3%) como para pardos (10,8%), classificação usada pelo instituto. Quase dois terços dos desempregados (64,7%) eram pretos ou pardos. E a população de 25 a 59 anos representava 58,5% dos desempregados – os jovens de 18 a 24 anos, 31%. Para esse último grupo, a taxa de desemprego é mais alta (19,3%).

Ainda segundo a pesquisa, a taxa de informalidade, que se mantém em 40%, sobe a 61,8% no Pará, a 59,4% no Maranhão e a 57,7% no Amazonas. É menor, principalmente, em Santa Catarina (27,2%), São Paulo (31,1%) e Distrito Federal (31,2%). São 39,3 milhões de trabalhadores informais, 10% a mais em relação a igual período de 2021. Já os desalentados somam 4,3 milhões, sendo 612 mil na Bahia. A média nacional é de 3,8%, mas sobe a 14,8% no Maranhão e 13,7% m Alagoas.

O percentual de ocupados que trabalham por conta própria chega a 26,2%. É maior no Amapá (35,7%), Rondônia (35,3%) e Amazonas (35%) e o menor no Distrito Federal (20,1%), Mato Grosso do Sul (22,6%) e São Paulo (23,2%).

Saiba mais em: CNTI, segunda-feira 15 de agosto.

Taxa de informais varia de menos de 30% a mais de 60% nos estados

A taxa de informalidade no mercado de trabalho varia de menos de 30% a mais de 60% nos estados, indicam dados divulgados nesta sexta-feira (12) pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

O indicador mede o percentual de informais em relação ao total de pessoas que estão ocupadas com algum tipo de trabalho.

Os estados com as maiores taxas ficam nas regiões Norte e Nordeste, conforme dados do segundo trimestre deste ano, período mais recente com estatísticas disponíveis.

O IBGE leva em consideração as seguintes categorias informais: empregados no setor privado sem carteira assinada, empregados domésticos sem carteira, empregadores sem registro de CNPJ, trabalhadores por conta própria sem CNPJ e trabalhadores familiares auxiliares.

"A informalidade tem características relacionadas a atividades econômicas. Está mais no comércio, em alguns serviços, na construção, e menos na indústria e em serviços prestados às empresas", disse nesta sexta Adriana Beringuy, coordenadora de trabalho e rendimento do IBGE.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, sábado 13 de agosto.